



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS JUÍNA – MT

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. 09/2015
PROCESSO N. 23195.004766.2014-32

TERMO DE CONTRATO Nº 02/2016, QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
MATO GROSSO – CAMPUS JUÍNA E A EMPRESA
TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.

A União, por intermédio do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO – CAMPUS JUÍNA**, com sede na Linha J, Quadra 8, Setor Chácara, na cidade de Juína-MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.784.782/0010-41, neste ato representado pelo Diretor Geral, Sr. Geraldo Aparecido Polegatti, brasileiro, casado, portador do RG nº 4382762-6 SSP/PR, e CPF nº 831.848.569-68, residente e domiciliado na Av. Edson Carlos Martins, nº 590, Módulo 02, na cidade de Juína-MT, CEP 78.320-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, de outro lado a Empresa **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA**, CNPJ n. 00.604.122/0001-97, estabelecida na cidade de Uberlândia – MG, na Rua Machado de Assis, Nº 904, Centro CEP:38.400-112, neste ato representada pelo seu Gerente de Mercado Público, Sr. Gilberto Antonio Rocha Junior, brasileiro, CPF n. 083.093.426-08, RG nº MG15284629 SSP/MG e daqui por diante, denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº **23195.004766.2014-32** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão – Sistema de Registro de Preços nº 10/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas, centros automotivos e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais de reposição, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, mediante a utilização de sistema informatizado via internet e de recursos tecnológicos para atender os veículos oficiais pertencentes à frota do IFMT, que serão prestados nas condições estabelecidas no item 1 e seus subitens do Termo de Referência, anexo do Edital 10/2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Vincula-se a esse contrato o edital e seus anexos, bem como a proposta da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de 19/01/2016 e encerramento em 18/01/2017, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- d) A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS JUÍNA – MT

Demanda					
Item	Especificação	QT Unidade de Taxa	Valor Un. (Valor Máx. de taxa de Adm.)	Valor Máximo Total aceito.	
1	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA da frota envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os veículos oficiais da frota do IFMT Campus Juína e demais órgão participantes. Cód. UASG 158493,	108	R\$ 34,87	R\$ 3.765,96	
Item	Especificação	Desconto mínimo admitido	Quant.	Valor Un. estimado	Valor Total Estimado
2	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva dos veículos pertencentes ao IFMT CAMPUS JUÍNA.	0,00%	12	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
12	Fornecimento de peças para os veículos pertencentes ao IFMT campus Juína.	0,00%	12	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
TOTAL					R\$ 123.765,96

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor mensal da contratação é de R\$ 10.313,83 (Dez mil e trezentos e treze reais e oitenta e três centavos), perfazendo o valor total anual de R\$ 123.765,96 (Cento e vinte e três mil, setecentos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

PARÁGRAFO SEGUNDO: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 158493

Fonte: 0112000000

Programa de Trabalho: 062718

Elemento de Despesa: 339039-19; 339030-39; 339039-25.

PI: F20RLP0101P

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos exercícios seguintes, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS JUÍNA – MT

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

PARAGRAFO SEUNDO: Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

PARAGRAFO TERCEIRO: A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.

PARAGRAFO QUARTO: O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

PARAGRAFO QUINTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

PARAGRAFO SEXTO: Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou de manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

PARAGRAFO SETIMO: Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- I. não produziu os resultados acordados;
- II. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- III. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

PARAGRAFO OITAVO: Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARAGRAFO NONO: Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

PARAGRAFO DÉCIMO: Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal

10

Cau



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS JUÍNA – MT

quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

PARAGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

PARAGRAFO DÉCIMO QUARTO: Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

PARAGRAFO DÉCIMO QUINTO: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.

PARAGRAFO DÉCIMO SEXTO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA SEXTA – REACTUAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS JUÍNA – MT

a) Para custos sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

PARÁGRAFO QUARTO: Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

PARÁGRAFO QUINTO: O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

a) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

PARÁGRAFO OITAVO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO NONO: a CONTRATADA demonstrará a variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

a) os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

b) as particularidades do contrato em vigência;

c) a nova planilha com variação dos custos apresentados;

d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

e) índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS JUÍNA – MT

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA prestará garantia em uma das modalidades previstas no artigo 56 da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO QUARTO: O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS JUÍNA – MT**

salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Juína-MT - Justiça Federal.


Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.


Juína-MT, 19 de janeiro de 2016.


Geraldo Aparecido Polegatti
Diretor Geral
Port. IFMT nº 1957 de 20 de Agosto de 2015
IFMT - CAMPUS JUÍNA

CONTRATANTE
GERALDO APARECIDO POLEGATTI
Diretor Geral
- Portaria IFMT n. 1957 de 20/08/2015
IFMT – Campus Juína


CONTRATADA
TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA
Gilberto Antonio Rocha Junior
CPF n. 083.093.426-08
RG n. MG 15284629 SSP/MG


TESTEMUNHA:
Nome:
CPF: 099.822.086-60
RG: MG. 16.284.081


TESTEMUNHA
Nome: Gilmar De Sá
CPF: 029.821.444-93
RG: 2078008-2 SSP/MT



IFMT Juína
Fis. 465
Ass. AD

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2015 - UASG 158128

Número do Contrato: 14/2011. Nº Processo: 23249021941201564. INEXIGIBILIDADE Nº 7/2012. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CNPJ Contratado: 69112514000135. Contratado: PRIMASOFT INFORMATICA LTDA. -Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste de preços do Contrato nº14/2011. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 25/06/2015 a 24/06/2016. Data de Assinatura: 17/06/2015.

(SICON - 27/01/2016) 158128-26408-2016NE800303

CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 1/2016 publicado no DOU de 26/01/2016, Seção 3, Pág. 26. Onde se lê: Valor R\$ 131.998,00 Leia-se: Valor R\$ 130.513,00.

(SICON - 27/01/2016) 158291-26408-2016NE800303

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA

EXTRATO DE RESCISÃO Nº 2/2015

Nº Processo: 23190007111201547. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO -CNPJ Contratado: 12371682000128. Contratado: FRANCA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP. Objeto: Distrato do contrato relativo a prestação de serviço de apoio administrativo na categoria motoristas e diárias. Fundamento Legal: 8666/1993 Data de Rescisão: 31/12/2015.

(SICON - 27/01/2016) 158494-26414-2016NE000001

EXTRATO DE RESCISÃO Nº 3/2015

Processo: 23190007111201547. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO -CNPJ Contratado: 12371682000128. Contratado: FRANCA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP. Objeto: Rescisão, a partir de 01.01.2016 do Contrato de prestação de serviço de Apoio Administrativo na Categoria Recepcionista para atendimento do IFMT - Campus Cuiabá - Bela Vista Fundamento Legal: Lei 8666-93 Data de Rescisão: 01/01/2016.

(SICON - 27/01/2016) 158494-26414-2016NE000001

CAMPUS JUÍNA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2016 - UASG 158493

Processo: 23195004766201432. PREGÃO SRP Nº 9/2015. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO -CNPJ Contratado: 00604122000197. Contratado: TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA -Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto a rede de oficinas credenciadas, centros automotivos e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais de reposição, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, mediante a utilização de sistema informatizado via internet e de recursos tecnológicos para atender os veículos oficiais. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 19/01/2016 a 18/01/2017. Valor Total: R\$30.383,57. Fonte: 112000000 - 2016NE800013 Fonte: 112000000 - 2016NE800012. Data de Assinatura: 19/01/2016.

(SICON - 27/01/2016) 158493-26414-2015NE800010

CAMPUS RONDONÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2016 - UASG 158498

Processo: 23196031423201511. PREGÃO SRP Nº 4/2015. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO -CNPJ Contratado: 06955770000174. Contratado: P&P TURISMO LTDA - EPP -Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Agenciamento de Viagens para Atendimento do IFMT Campus Rondonópolis. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 19/01/2016 a 18/01/2017. Valor Total: R\$25.808,36. Fonte: 112000000 - 2015NE800131 Fonte: 112000000 - 2016NE800001 Fonte: 112000000 - 2016NE800002 Fonte: 112000000 - 2016NE800003. Data de Assinatura: 19/01/2016.

(SICON - 27/01/2016) 158498-26414-2015NE800015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016012800030

CÂMPUS SORRISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2016 - UASG 158950

Processo: 23444035524201592. PREGÃO SRP Nº 6/2014. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO -CAMPUS SORRISO CNPJ Contratado: 04892991000115. Contratado: TELTEC SOLUTIONS LTDA -Objeto: Aquisição de sistema de monitoramento câmeras IP para auxiliar na segurança do patrimônio físico e intelectual do do IFMT Campus Sorriso, conforme termo de referência e edital do SRP 06/2014 da UASG 158503. Fundamento Legal: Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Decreto Nº 5.450/2005 e nº 7.174/2010, Lei nº 8.078/1990. Vigência: 25/01/2016 a 31/12/2016. Valor Total: R\$133.184,24. Fonte: 112000000 - 2015NE800285 Fonte: 112000000 - 2015NE800289. Data de Assinatura: 25/01/2016.

(SICON - 27/01/2016) 158950-26414-2015NE800031

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2016 - UASG 158950

Processo: 23444035952201515. PREGÃO SRP Nº 27/2015. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO -CAMPUS SORRISO CNPJ Contratado: 0484128800188. Contratado: TELTEC TELECOM. EMPREENDIMENTOS -LTD.A. Objeto: Aquisição de solução de segurança para o IFMT Campus Sorriso, conforme termo de referência e edital do SRP 27/2015 da UASG 158155. Fundamento Legal: Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Decreto Nº 5.450/2005 e nº 7.174/2010, e Lei nº 8.078/1990. Vigência: 22/01/2016 a 22/01/2016. Valor Total: R\$76.000,00. Fonte: 112000000 - 2015NE800288. Data de Assinatura: 22/01/2016.

(SICON - 27/01/2016) 158950-26414-2015NE800031

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS CAMPUS SABARÁ

EDITAL DE 26 DE JANEIRO DE 2016 RESULTADO FINAL/EDITAL Nº 196/2015

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 28/06/2012, Seção 1, Págs. 130,131 e 132 e pelo Decreto de 16 de Setembro de 2015, publicado no DOU de 17 de Setembro de 2015, Seção 2, página 01, resolve:

HOMOLOGAR o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, EDITAL nº 196/2015, de 03 de dezembro de 2015, publicado no DOU nº 232, de 04 de dezembro de 2015, na Seção 03, Página 66, destinado à seleção de candidatos para contrato como PROFESSOR SUBSTITUTO por tempo determinado, Campus Bambuí, de acordo com a seguinte classificação:

Candidato/a	Nota final	Classificação
Marcelo Luis Pereira Araújo	222,00	1º lugar
Marcos Roberto de Araújo	181,00	2º lugar
Lucas Prates Fiuza	151,50	3º lugar

ÁREA: Língua portuguesa, respectivas literaturas e áreas afins

Candidato/a	Nota final	Classificação
Erick Gontijo Costa	198,20	1º lugar
Luanna Alberti Ramos de Freitas	197,17	2º lugar
Geraldo Antonio Alves de Sousa	184,17	3º lugar
Maraiza Labanca Correia	170,67	4º lugar

ÁREA: Química

Candidato/a	Nota final	Classificação
Isabel Sager Boldt	221,50	1º lugar
Fernanda Cristina Verediano	201,15	2º lugar
Miriam Avelino Moreira Fernandez	199,15	3º lugar
Carolina Maria Ferreira dos Santos	192,02	4º lugar
Breno Rocha Barioni	188,15	5º lugar
Cassiano Lino dos Santos Costa	184,15	Não classificado (*)
Fabiana Aparecida da Fonseca	157,72	Não classificado (*)

(*) Conforme disposto no artigo 16 e anexo II do Decreto nº 6.944 de 21 de agosto de 2009.

ÁREA: Sociologia e Filosofia

Candidato/a	Nota final	Classificação
RODRIGO REIS LASTRA CID	203,40	1º lugar
FLAVIA VIEIRA DE RESENDE	202,50	2º lugar
FERNANDO RUIZ ROSARIO	172,81	3º lugar
ADELINO FERREIRA	164,81	4º lugar

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 3/2016 publicado no DOU de 26/01/2016, Seção 3, Pág. 27. Onde se lê: Valor R\$ 60.060,01 Leia-se: Valor R\$ 60.660,60.

(SICON - 27/01/2016) 158950-26414-2015NE800031

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL CAMPUS PONTA PORÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2016 - UASG 158453

Processo: 23347103897201411. PREGÃO SRP Nº 1/2015. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE. CNPJ Contratado: 00604122000197. Contratado: TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA -Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de abastecimento de combustíveis em veículos oficiais pertencentes ao ao IFMS campus Ponta Porá. Fundamento Legal: Lei 8666/93, Lei 10520/02, Decreto 7892/13, Decreto 5450/05. Vigência: 26/01/2016 a 25/01/2017. Valor Total: R\$51.160,70. Fonte: 112000000 - 2016NE800001. Data de Assinatura: 26/01/2016.

(SICON - 27/01/2016) 158453-26415-2016NE800007

KLÉBER GONÇALVES GLÓRIA

CAMPUS ALMENARA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2016 - UASG 158439

Nº Processo: 23390000210201461.

PREGÃO SRP Nº 3/2015. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CNPJ Contratado: 02471055000105. Contratado: GOMES COMERCIO, TRANSPORTES E -REPRESENTACOES LTDA - ME. Objeto: Serviço de fornecimento de refeições prontas. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 14/01/2016 a 31/12/2016. Valor Total: R\$296.594,20. Fonte: 112000000 - 2016NE800001. Data de Assinatura: 14/01/2016.

(SICON - 27/01/2016) 158439-26410-2016NE800015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.